

Brasil fecha acordo da dívida e recebe mais US\$ 5,8 bilhões

REGIS NESTROVSKI
Correspondente

NOVA YORK — Brasil e bancos credores fecharam ontem, em Nova York, um acordo pelo qual o País receberá US\$ 5,8 bilhões em novos financiamentos, relativos ao período de 1987/1988 e metade de 1989, pagando juros de 0,8125% acima da taxa londrina **Libor**, que atualmente está em 6,8%. O acordo prevê ainda uma comissão adicional de 0,37% para o bancos que se comprometerem antecipadamente a assinar o acordo. O Diretor de Operações Internacionais do Banco do Brasil, Adroaldo Moura da Silva, explicou ao GLOBO os itens do acordo e o que ainda está pendente na negociação em curso.

Adroaldo esclareceu por que foi aceito um montante inferior ao pedido inicialmente pelo Brasil, que era de US\$ 7 bilhões:

— Primeiramente, quando foi calculado que necessitaríamos de US\$ 7

bilhões, o saldo comercial para 1987 era calculado em US\$ 10 bilhões; depois se verificou que foi de US\$ 11,2 bilhões. As estimativas para 1988 eram de que o Brasil teria de pagar US\$ 11 bilhões em juros para todos, incluindo bancos, FMI e Banco Mundial, com juros médios de 8,5% e **spread** de 2%. Assim, conseguimos um aumento no saldo do ano passado e uma diminuição dos nossos encargos, já que os juros médios ficaram em 7,5% e o **spread** médio será de 0,8125%. Assim, a conta de 1988 ficou menor. As necessidades financeiras do País não são algo que se pode colocar em algum número cabalístico. Isso é um esclarecimento a opinião pública. A diferença básica entre este número e o pedido foi também para não sobrecarregar o ônus da dívida, assim, em vez de estarmos devendo mais US\$ 7 bilhões no final deste período — que vai até junho de 1989 — estaremos capitalizando US\$ 5,8 bilhões.

O Diretor de Operações Internacionais do Banco do Brasil destacou ainda o que representará a normalização das relações do Brasil com seus credores.

— Teremos outras fontes contribuindo, a partir da normalização de nossas relações com o mundo comercial no segundo semestre deste ano. Assim, deveremos ter um maior fluxo de recursos de agências multilaterais como o Banco Mundial, FMI, agências oficiais como o Clube de Paris e Eximbanks do mundo inteiro, e até recursos não tradicionais, como do Japão. Calculamos pagar tudo isso com uma taxa de juros **Libor** em torno de 7% e não mais a taxa de juros americana **prime**, que está atualmente em 8,5%. Neste caso, desaparece a **prime**. Assim, teremos um dispêndio total de juros, este ano, de US\$ 10,6 bilhões ou US\$ 10,7 bilhões, incluindo bancos comerciais, FMI, Banco Mundial e Clube de Paris.

O Brasil deverá receber, deste total, cerca de US\$ 5 bilhões destas mesmas fontes financeiras, ficando com um fluxo negativo de caixa em torno de US\$ 6 bilhões em 1988, sem contar os empréstimos dos Exim-banks e do Japão, e algum empréstimo setorial do Banco Mundial, além de US\$ 1,1 bilhão que o País tem a receber, mesmo tendo de pagar ao Banco Mundial cerca de US\$ 1,8 bilhões, este ano.

Mesmo assim, Adroaldo mostrou-se confiante em que o acordo foi favorável ao Brasil.

— É evidente. Com US\$ 5,8 bilhões teremos um conforto para 1988 e 1989, em termos de nossas reservas. Estamos trabalhando com um saldo comercial de US\$ 11,6 bilhões. Assim, para quê pedirmos US\$ 7 bilhões? O outro ponto — e isso ainda está em discussão — é um esquema que garanta as linhas de comércio de curto prazo.